O *ETHOS* E A IDENTIDADE DE LULA: A TRAJETÓRIA DISCURSIVA DE UM CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Eliana Alves GRECO (UEM)

Introdução

Nas eleições presidenciais de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, após três campanhas presidenciais fracassadas, conquista o cargo de representante máximo da nação brasileira. No entanto, a imagem construída de Lula, em sua primeira campanha presidencial, em 1989, era somente a de representante dos trabalhadores e dos excluídos.

A mudança da imagem de Lula é um fato inquestionável e visível. O problema que nos aparece é verificar se essa mudança também é perceptível por meio de seu discurso. Sendo assim, este artigo tem por objetivo analisar o lugar político e ideológico em que o candidato enuncia, por meio do levantamento das marcas de enunciador e co-enunciador presentes em cada discurso. A análise possibilita verificar os deslocamentos de sua posição enunciativa, bem como o *ethos* que emerge na materialidade lingüística do discurso.

Para alcançar esse objetivo, analisamos os discursos de Lula nos debates políticos televisivos realizados entre os candidatos à Presidência da República nas eleições de 1989, 1994 e 2002.

A pesquisa, situada no âmbito da Análise do Discurso, em especial na vertente atualmente representada por Maingueneau (1984, 2001), tem como categorias de análise as marcas dêiticas de pessoa, o modo de enunciação e o léxico, que fazem parte de uma lista de planos discursivos constitutivos da semântica global proposta pelo autor.

1. Referencial Teórico

A noção de enunciador é central tanto para a lingüística quanto para a análise do discurso que se inscreve em uma perspectiva enunciativa. O enunciador é, ao mesmo tempo, a condição para que haja enunciação, ou seja, a instância produtora do enunciado, e o efeito da enunciação. Nesse sentido, não deve ser apreendido como um simples suporte para o dizer. Esse paradoxo constitutivo é possível pelo fato de o discurso ser "... um *processo* de sustentação recíproca entre o dizer e as condições desse dizer." (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 201)

O termo *enunciador* é empregado principalmente "... para designar uma instância ligada à situação construída pelo discurso, não a uma instância de produção verbal 'de carne e osso'", embora tal distinção de empregos não esteja ainda determinada. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 201)

Em relação ao enunciador é definido o *você,* que é constituído como tal pelo próprio enunciador. Como o discurso é interativo e mobiliza dois parceiros, Maingueneau (2001) denomina o correlativo de enunciador de co-enunciador.

Esse termo foi introduzido pelo lingüista Culioli, para salientar que a enunciação é uma co-enunciação, em que dois participantes desempenham um papel ativo. Se o termo estiver empregado no plural, designará os dois parceiros do discurso, e se estiver no singular, designará o lugar do destinatário[1]." (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004)

Entretanto, não podemos chamar o co-enunciador de destinatário, porque ele não é passivo, não é um mero decodificador de mensagens, uma vez que interfere na produção do enunciado. Pelo fato de o co-enunciador desempenhar um papel essencial na constituição do significado e na produção, um enunciado deve ser analisado, levando-se em consideração sua orientação para o outro.

Tendo por base os pressupostos teóricos de Maingueneau (2001) e de Charaudeau e Maingueneau (2004), em nossa análise, utilizaremos o termo enunciador, quando se referir ao sujeito, e co-enunciador, quando se tratar de seu interlocutor.

Outra noção importante para nossa análise é a de *ethos*, a qual foi desenvolvida por Aristóteles e designada por ele como o caráter do orador. Posteriormente, foi apropriada e desdobrada pela Análise do Discurso e conceituada como a personalidade do enunciador revelada pela enunciação.

De acordo com Maingueneau (2001), o texto possui uma voz ou *tom* que possibilita ao co-enunciador construir uma representação do enunciador, a partir de índices fornecidos pelo texto. A representação desempenha o papel de um *fiador*, que se encarrega da responsabilidade do que é dito. Nesse sentido, o autor não é o responsável pelo tom da enunciação, mas o fiador. O autor não possui o controle de seu discurso, uma vez que o tom é produzido pela formação discursiva em que está inserido.

O fiador possui um "caráter" e uma "corporalidade", que são inseparáveis. O "caráter" corresponde a um conjunto de traços "psicológicos" que o co-enunciador atribui ao enunciador pelo seu modo de dizer. Já a "corporalidade" consiste nas determinações físicas do enunciador, no modo de ele se vestir e de se portar no espaço social. Tanto o caráter como a corporalidade se originam de um conjunto difuso de representações sociais, que podem ser valorizadas ou desvalorizadas, sobre as quais a enunciação se apóia, podendo, em troca, confirmá-las ou modificá-las. Na realidade, são estereótipos presentes em uma determinada cultura, que circulam em diversos domínios, como literatura, cinema e publicidade. (MAINGUENEAU, 2001)

Maingueneau introduz a noção de "incorporação", designando a ação do *ethos* sobre o co-enunciador. A incorporação atua no momento da enunciação sobre três registros indissociáveis. Inicialmente, a enunciação leva o co-enunciador a conferir uma corporalidade ao enunciador, textualmente. Em seguida, essa corporalidade possibilita aos sujeitos do discurso "incorporarem" os esquemas que definem uma determinada maneira de se relacionar com o mundo, na sociedade. E por fim, esses dois fenômenos permitem a "incorporação" imaginária do destinatário ao grupo dos adeptos daquele discurso.

É importante frisarmos que o *ethos* se apresenta inseparável da cena da enunciação pressuposta pelo discurso para ser enunciado. A cena da enunciação é uma representação da situação de enunciação construída pelo discurso, o qual, em contrapartida, deve validá-la por meio de sua própria enunciação, uma vez que todo discurso, pelo seu desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente.

O *ethos* e a cenografia são construídos, ao mesmo tempo pelo interlocutor, que não somente decodifica o sentido de um texto, como também participa "fisicamente" do mesmo mundo que o fiador. Nesse sentido, o co-enunciador captado pelo *ethos* de um discurso está implicado em sua cenografia, participa de um meio em que pode se confrontar com um enunciador que se construiu como fiador do mundo representado. Entretanto, devemos acrescentar que, para exercer esse poder de captação, "o *ethos* deve estar afinado com a conjuntura ideológica" (MAINGUENAU, 2001, p. 100).

2. Análise

Nosso objetivo é analisar a construção do *ethos* de Lula em seus discursos nos debates políticos televisivos realizados entre os candidatos à Presidência da República nas eleições de 1989, 1994 e 2002.

O primeiro deles é o segundo debate do segundo turno da campanha de 1989[2], realizado em 14 de dezembro, entre Fernando Collor de Melo (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que defendia as posições da esquerda. A eleição de 1989 é marcada por ser a primeira eleição direta para a presidência da república após 29 anos[3].

O segundo discurso é o debate do primeiro turno das eleições de 1994, realizado em 17 de agosto. Luiz Inácio Lula da Silva dividia o espaço discursivo com mais seis candidatos, entretanto a cena eleitoral estava polarizada entre Fernando Henrique Cardoso, representante dos partidos de centro-direita e o candidato oficial do governo, e Lula, representante da oposição ao governo e ao Plano Real.

O último debate é o do segundo turno da campanha de 2002, realizado em 25 de outubro, e estavam concorrendo José Serra (PSDB), representante do governo, e Luiz Inácio Lula da Silva, representando a oposição. Esse debate é marcado por uma cenografia diferenciada em relação aos outros dois: no palco, estavam os candidatos e o mediador, enquanto, na platéia, havia 53 eleitores selecionados pelo Ibope, que se declararam indecisos e faziam perguntas aos candidatos.

Numa situação de debate, os sujeitos têm como público alvo os expectadores, ou seja, os possíveis eleitores, e como interlocutores diretos seu adversário político, o mediador do debate e os entrevistadores, que, nos debates de 1989 e de 1994, eram os jornalistas e, no de 2002, os eleitores indecisos.

Tendo por base os pressupostos teóricos de Maingueneau, utilizaremos o termo enunciador, para designar o sujeito candidato, e o co-enunciador, para designar os expectadores do debate, aqueles que serão influenciados pelo discurso.

O enunciador é o suporte do ato de enunciação, podendo ser representado pela forma de *eu*, quando for o sujeito da frase, ou “me”, “mim”, quando coincidir com o objeto da frase. De acordo com Maingueneau (2001, p. 106), “.... o ‘eu’ *não é o enunciador*, mas apenas seu vestígio. Da mesma maneira, ‘você’ não é o co-enunciador, mas sim um vestígio desse co-enunciador, quando coincide com o sujeito da frase.”

Nosso procedimento metodológico consiste, inicialmente, em levantar as marcas dêiticas de pessoa[4], incluindo os pronomes pessoais e os possessivos, além das desinências número-pessoais dos verbos, com o objetivo de refletir sobre as formas de inscrição do enunciador no discurso. Posteriormente, por meio do levantamento e da análise dos dêiticos de segunda pessoa, construiremos os co-enunciadores, isto é, os eleitores do candidato.

O sujeito, durante o discurso, assume várias inscrições, enunciando de mais de um lugar e construindo mais de uma imagem a si próprio, por meio dessas mudanças de marcas de primeira pessoa. Além das marcas do enunciador no discursivo, também refletiremos sobre as do co-enunciador, o que nos permitirá saber quem são os interlocutores de Lula, quem pretende influenciar com seu discurso. A análise da inscrição do sujeito, por meio do levantamento dos dêiticos de primeira pessoa e de desinências número-pessoais dos verbos, bem como os co-enunciadores específicos, ajudará a delinear a imagem que o candidato constrói, ou seja, o seu *ethos*. Isso porque,

para Maingueneau (2001), há uma estreita relação entre o emprego das pessoas, a cenografia e o *ethos*.

O gênero debate político tem como característica o enunciador se inscrever no discurso em primeira pessoa, a qual pode estar tanto no singular como no plural. A análise da primeira pessoa do plural teve como base os pressupostos de Benveniste (1995), para quem, o *nós* não é uma coleção de *eu*, mas uma junção entre o *eu* e o *não-eu*. Esse *não-eu* pode ser o *você* ou o *eles*. Dessa forma, quando o *nós* inclui o interlocutor, temos o *nós inclusivo* (*eu* + *você*) e, quando o interlocutor não é incluído, temos o *nós exclusivo* (*eu* + *eles*).

No debate de 1989, encontramos o uso da primeira pessoa do plural, havendo o predomínio do *nós inclusivo*, em que o enunciador introduz o co-enunciador no seu discurso. Esse interlocutor incluído era, na maioria das vezes, a classe trabalhadora. O candidato se apresentava como parte de uma coletividade e atuava em conjunto com ela.

Nesse sentido, a posição do sujeito é a de representante da classe trabalhadora e de sindicalista:

> Eu jamais sonhei poder disputar as eleições para presidente da república, porque **nós que pertencemos à classe trabalhadora sabemos** perfeitamente bem que a **nossa** luta titânica é pra escapar da fome, é pra escapar do desemprego, é pra escapar da favela debaixo de uma ponte.

> E vou reiterar aqui, alto e bom som, de que **nós, o conjunto da classe trabalhadora, como pequenos poupadores,** jamais seríamos inconseqüentes, como quer o nosso adversário, de mexermos na poupança.

Além dos trabalhadores, o *nós* inclusivo também se referia ao *eu nordestino* + *você nordestino*: "... se a fome continuar a crescer no nordeste, como está crescendo, **nós, os nordestinos, estamos predestinados a virarmos** uma sub-raça."

Buscava-se uma identificação com o povo trabalhador, o pobre e o nordestino, porque também é um deles. O enunciador *eu* apareceu em um número menor, normalmente se referindo a candidato à Presidência da República, nordestino, membro da classe trabalhadora, futuro Presidente da República.

No debate de 1994, diferentemente do anterior, o co-enunciador não é incluído com tanta freqüência no discurso. Há um maior uso do *nós exclusivo*, referindo-se à coligação, ao Partido dos Trabalhadores ou aos participantes da Caravana da Cidadania. O ***nós* inclusivo**, que aparece em menor número, é formado por eu + classe popular. Nesse caso, o *nós* marca a distinção entre nós = povo brasileiro, representado por Lula, e ela ou eles = elite brasileira, representada pelas outras candidaturas, principalmente por Fernando Henrique Cardoso, como podemos perceber abaixo:

> Foi a elite brasileira responsável pelo inchaço do Estado por transformar as empresas em cabide de emprego e responsável sobretudo pelo alto grau de deterioração do nosso Estado. Portanto, o que **nós queremos** é mostrar que **nós temos** mais competência de governar do que a elite brasileira.

Nesse debate, há o predomínio do *eu*, por meio do qual Lula explora sua história de vida, mostrando, no discurso, que passou fome, não teve moradia, não estudou, ficou desempregado, lutou pela sobrevivência:

> **Eu** escapei de morrer com fome antes de cinco anos de idade em Pernambuco, **sobrevivi**, **criei** o maior partido de esquerda da América Latina e **estou** preparado para dirigir...

A exploração das faltas, na biografia de Lula, leva ao processo de identificação com as camadas mais pobres da população, que associa a história do candidato com a de seus eleitores, uma vez que a sua história de vida é a mesma história de luta do povo brasileiro pobre. Essa exploração faz com que haja a incorporação do co-enunciador com o *ethos* do enunciador. A vida de privações de Lula lhe possibilitou conhecer a realidade do povo brasileiro porque foi um deles, porque vivenciou os mesmos problemas. Além da vivência, as Caravanas da Cidadania também lhe deram conhecimento da realidade brasileira, mostrando que tem experiência para governar o país, uma vez que conhece os problemas brasileiros. A posição do sujeito é a de representante do povo pobre brasileiro, o verdadeiro representante popular.

Em 2002, Lula se utiliza do *eu,* quando fala do lugar de candidato à Presidência da República, futuro Presidente do Brasil, ou quando deseja mostrar sua vida de privações, para que haja uma identificação entre eleitor e candidato, ou de luta política, mostrando que sempre teve uma vida política preocupada com os problemas sociais, como podemos verificar em duas falas abaixo:

> Mas o mais importante mesmo é que mesmo a favela num lugar bom, a gente vá construindo habitação e substituindo os barracos, porque morar em barraco não é privilégio pra ninguém. **Eu morei**, quando **eu** tinha doze anos de idade em Santos, e não é agradável morar e hoje/

> É... **eu comecei** a **minha** vida política brigando contra a inflação, que acabava com o salário do povo trabalhador. **Eu acredito** que, com exceção de meia dúzia de exploradores, 100% do povo brasileiro deseja que a inflação esteja controlada.

O enunciador continua falando do lugar do pobre, retirante nordestino, ex-metalúrgico, ex-sindicalista, vítima da fome e do desemprego. Lula procura se identificar com o pobre, mas quando faz isso, utiliza-se de verbos no passado, criando o efeito de sentido de que já fora pobre, mas conseguiu vencer na vida. O discurso mostra em sua materialidade o *ethos* de vencedor, que deseja estar na presidência para mudar a vida de milhões de pessoas que vivenciam o que ele já passou.

Na seqüência abaixo, em que Lula trata da questão emprego/desemprego, há o predomínio do uso do *eu*:

> Mas o dado concreto é que nós precisamos fazer com que o Brasil tenha emprego e **eu vou** fazer, porque **transformei** isso numa **obsessão minha**. [...] E isso **eu vou** perseguir porque **eu sei** o que é o desemprego. E **eu acho** que o emprego é o que dá dignidade ao ser humano.

O enunciador constrói em seu discurso o *ethos* de homem que foi vítima do desemprego, sabe o que é o emprego e o desemprego, ocorrendo a identificação do candidato com os desempregados. Essa identificação é reforçada com a repetição excessiva de *a gente*:

> Nada dá mais dignidade do que **a gente** trabalhar, no final do mês receber um salário e com o salário d**a gente**, **a gente** comprar o que comer, comprar o que vestir e levar as coisas pra dentro da casa d**a gente**.

O *a gente* corresponde ao *on* do francês, considerado polivalente, por Maingueneau (2001, p. 133), porque sua referência se altera conforme é utilizado no interior do discurso. "Segundo os contextos, pode ser interpretado como se referindo ao enunciador, ao co-enunciador, à dupla enunciador + co-enunciador, à não-pessoa, a um indivíduo, um grupo ou a um conjunto indefinido (= 'as pessoas').

No contexto acima, o *a gente* se refere ao enunciador (Lula) + co-enunciador (trabalhador), correspondendo ao *nós inclusivo* de Benveniste (1995). Temos um sujeito formado por *eu* (Lula) e *você* (povo brasileiro trabalhador), ou seja, Lula junta ao seu discurso a voz do trabalhador, fazendo com que haja uma identificação entre Lula e o povo que se sente digno com um trabalho. Temos o processo de incorporação, ou seja, a ação do *ethos* sobre o co-enunciador, que faz com que haja uma identificação entre eleitor e candidato.

Quanto ao uso do *nós*, no debate de 202, há o predomínio do exclusivo, em que o interlocutor praticamente não é trazido para o discurso, referindo-se à coligação, sindicalistas ou ao futuro governo. O nós inclusivo, que é utilizado em menor número, se refere a eu + povo brasileiro, englobando toda a nação:

> A economia brasileira não pode continuar assim, o Brasil é muito grande, tem um potencial extraordinário, o que **nós precisamos** é acreditar nesse país, recuperar a auto-estima do povo e dizer pro povo, juntos **nós haveremos** de **nos** orgulhar num curto espaço de tempo.

A segunda parte da análise tem como objetivo levantar as formas de inscrição do *outro* no discurso. Nos debates, Lula dialoga com os jornalistas ou os eleitores indecisos e com o adversário, dirigindo-se a eles pelas marcas de segunda pessoa. Entretanto, analisaremos o telespectador do debate, que será influenciado votar no candidato.

O discurso de Lula, em 1989, era direcionado à classe trabalhadora, identificada no discurso pelo pronome *você*, pelo vocábulo trabalhador e pela análise das propostas, que beneficiavam essa classe. O enunciador fala do lugar do sindicalista, aquele que critica os empresários e luta para o aumento de salário dos colegas trabalhadores:

> ... mas é preciso lutar por um socialismo democrático, por um socialismo pluralista, por um socialismo que não negue a necessidade da liberdade da autonomia sindical, a necessidade do direito de greve, a necessidade da classe trabalhadora se organizar livenen... livremente, no local de trabalho.

Além dos trabalhadores, Lula também se dirigia aos nordestinos, que não estão marcados pelo *você*, mas inscritos no discurso, por meio da expressão "aos meus irmãos nordestinos". Dessa forma, Lula também fala do lugar de nordestino, mostrando que o nordeste é a sua preocupação principal enquanto candidato.

No debate de 1994, não há referências explícitas aos co-enunciadores de Lula, por meio de dêiticos de segunda pessoa, sendo necessário construí-los pelo léxico. Os interlocutores são marcados pelo vocábulo "povo", que se refere ao povo brasileiro pobre, como os excluídos, os desempregados, os que não têm o que comer:

> O **povo** brasileiro está precisando de oportunidade de trabalho, o **povo** precisa recuperar sua dignidade, e esta só é possível o dia que ele tiver um emprego, por esse emprego um salário, por esse salário ele poder levar pra casa o necessário pra ele e pra sua família comerem durante o mês seguinte.

Já, em 2002, o significado de povo brasileiro é ampliado. O povo não é somente o pobre, mas aquele que deseja melhor qualidade de saúde, moradia, educação e emprego. Também não é somente o trabalhador, mas também os empresários e os agricultores; e não é somente o pobre, mas também o rico:

> Porque o **povo** quer melhor qualidade de saúde, o **povo** quer melhor qualidade de moradia, o **povo** quer melhor qualidade de educação, e, sobretudo, o **povo** quer emprego, e com esse modelo econômico que nós temos não terá emprego. A indústria vai ter que voltar a produzir para que o comércio volte a vender. A indústria produzindo, o comércio comprando, vai gerar mais um emprego, esse emprego vai gerar mais um consumidor, vai gerar mais um trabalhador.

Quando comparamos os co-enunciadores de Lula nas três eleições, percebemos que, no debate de 1989, os co-enunciadores eram a classe trabalhadora, os nordestinos, os excluídos, enquanto que em 1994, seu interlocutor era o povo pobre. Nesse sentido, Lula dirigia seu discurso a determinadas parcelas da sociedade, não alcançando o número de votos necessários para ganhar uma eleição. Em 2002, dirige-se a um número maior de segmentos: os trabalhadores, os desempregados, os aposentados, os empresários, os agricultores, entre outros, tendo como objetivo alcançar todos os grupos existentes no Brasil. Seu discurso pretende alcançar todos os brasileiros, toda a nação.

Ao analisarmos essa mudança, tendo como base a noção de auditório de Perelman (1996), que estabelece a distinção entre auditório universal e o auditório particular, veremos que nas duas primeiras eleições, Lula se dirigia a um auditório particular – trabalhadores, nordestinos, pobres –, enquanto que em 2002, dirige-se a um auditório universal – a nação brasileira. Entretanto, ao mesmo tempo em que se volta a um auditório amplo, dirige-se, em determinadas partes do debate, a auditórios particulares bem específicos – trabalhadores, desempregados, aposentados, empresários, agricultores, pobres.

A análise das marcas de enunciador e de co-enunciador possibilitou verificar a oposição de classes presente em cada debate. Sendo assim, no discurso de 1989, havia uma nítida separação entre classe trabalhadora e a empresarial, entre a classe dominada e a dominante. Lula era o representante da classe trabalhadora, defendendo os direitos dos trabalhadores e criticando duramente os empresários. O compromisso enquanto presidente era defender a classe trabalhadora, ou seja, preocupação com a distribuição de renda, a melhoria do padrão de vida e de trabalho para a classe trabalhadora e uma condição mínima de sobrevivência para a grande maioria. Nessa dicotomia, Lula era o representante da classe dominada, e Collor o representante da classe dominante arcaica, ultrapassada e com setores empresariais retrógrados:

> A partir daí, é convencer a classe empresarial de que eles precisam deixar de ganhar as fortunas que estão ganhando hoje; é preciso que muitos empresários deixem de engordar a sua conta bancária, deixem de engordar o seu patrimônio pessoal, pra que uma parte disso seja revertido em salário, para que a gente possa criar um dinamismo na sociedade; ou seja, pagar bom salário.

No debate de 1994, a distinção que existia era entre o povo brasileiro pobre e a elite dirigente brasileira, que era a responsável pela pobreza e pelos problemas sociais. No cenário político-eleitoral, a classe popular é representada por Lula, e a elite brasileira é representada pelos outros candidatos, principalmente por Fernando Henrique Cardoso.

Para Lula, "elite brasileira" é a "elite dirigente":

> E toda vez que eu me dirijo à questão das elites, eu costumo chamar elites dirigentes. Eu costumo sempre colocar elites dirigentes porque é ela quem toma posição, é ela quem determina qual a política econômica, é ela quem determina qual a política social.

A "elite dirigente" é aquela que toma posição, determina qual a política econômica e qual a política social. A palavra elite, significando "elite brasileira", "elite dirigente" ou "elites dirigentes", aparece 17 vezes em toda fala de Lula no debate.

A partir do levantamento dos enunciados de Lula, é possível conhecermos a imagem da elite brasileira construída pelo enunciador. A elite brasileira é aquela que dirige este país há muitos anos, esteve em todo o regime militar e sustenta a candidatura do Fernando Henrique Cardoso. É a responsável pelo inchaço do Estado, por transformar as empresas em cabide de emprego, pelo alto grau de deterioração do Estado e pelo fato de o Brasil não ter investido corretamente em pesquisas e em novas tecnologias. É culpada pelos problemas da educação e da saúde, bem como foi incapaz de resolver os problemas do povo brasileiro. Além disso, é preconceituosa, incompetente, presunçosa e provou que não quer mudar.

Em 2002, há o discurso da coalização, do pacto entre os diversos segmentos da sociedade. A proposta de Lula é uma aliança entre capital e trabalho para que o Brasil possa crescer:

> Veja, primeiro, vai ter que render frutos, porque você sabe, tem acompanhado, que eu sou a única possibilidade que o Brasil tem de construir um pacto social, juntando o que existe de mais importante no empresariado brasileiro, nos trabalhadores brasileiros com o governo pra gente estabelecer, inclusive, planos (e) metas pra que as coisas possam acontecer no Brasil.

Lula defende a geração de empregos, que será alcançada com a união de todos os segmentos da sociedade, com a produção, a industrialização e a comercialização. A classe dos empresários e a dos trabalhadores era colocada lado a lado. É proposta uma união entre governo, empresários e trabalhadores para resolver os problemas da classe trabalhadora e do povo em geral.

Finalizada a análise dos enunciadores e dos co-enunciadores no discurso de Lula, é possível afirmarmos que, em 1989, Lula se colocava como representante da classe trabalhadora e do povo nordestino. Enquanto que, em 1994, representava o povo brasileiro pobre e, em 2002, toda a nação brasileira.

O *ethos* construído nas eleições de 1989 era de um homem pobre, trabalhador e preocupado com os problemas sociais, porque é um deles; em 1994, foi construído um *ethos* de um homem pertencente ao povo, sem escolaridade, sem capacidade administrativa, conhecedor dos problemas do Brasil e dos pobres. Em 2002, Lula constrói o *ethos* de conhecedor dos problemas de toda a nação brasileira, de um homem com capacidade de dialogar com diversos setores da sociedade, como os empresários,

sindicalistas e políticos, que tem competência para criar um pacto social, além de articulador e negociador.

O que encontramos em comum nos três debates é a exploração da origem social de Lula. O sujeito fala do lugar social do pobre e do trabalhador, para que haja a identificação do enunciador com esses co-enunciadores e, por intermédio dessa identificação, consiga a adesão dessas pessoas.

Considerações Finais

A pesquisa teve como objetivo analisar o enunciador e os co-enunciadores do discurso nos debates de 1989, 1994 e 2002, por meio do levantamento das marcas dêiticas de primeira e de segunda pessoas e, ao mesmo tempo, delinear o *ethos* aí construído, verificando de que lugar o sujeito enuncia.

A partir desse levantamento, podemos concluir que Lula, quando se colocava como representante de determinadas parcelas da sociedade e se dirigir somente a elas, não alcançava o número de votos necessários para ganhar uma eleição. Percebe-se que o candidato, ao longo de sua trajetória política, construiu uma imagem que foi se transformando, à medida que reconhece a necessidade de mudança, para alcançar o poder.

A análise revelou que o *ethos* de Lula sofreu deslocamentos em sua trajetória política, sendo identificado por meio da materialidade lingüística do discurso. Além disso, também mostrou as mudanças que suas posições de sujeito passaram no decorrer de sua campanha política.

Referências

BENVENISTE, É. **Problemas de lingüística geral I.** 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2004.

MAINGUENEAU, D. **Genèses du discours.** Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.

______. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2001.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA. **Tratado da argumentação:** a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

---

[1] De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2004, p 154), "o termo destinatário é empregado para designar o sujeito ao qual se dirige um sujeito falante quando escreve ou fala."

[2] Lembramos que foram promovidos dois debates no segundo turno da campanha de 1989: um realizado em 3 de dezembro de 1989 e o outro em 14 de dezembro de 1989.

[3] A última eleição para Presidente da República havia sido em 3 de outubro de 1960.

[4] Maingueneau (2001, p. 108) também denomina os dêiticos de embreantes de pessoa, que são elementos que marcam a embreagem no enunciado. A embreagem é definida como "o conjunto das operações pelas quais um enunciado se encora na sua situação de enunciação." Além dos embreantes de pessoa, há também os temporais (marcas de presente, passado e futuro acrescentadas ao radical do verbo; palavras e grupos de palavras com valor temporal, como ontem, amanhã, hoje, há dois dias, etc., que têm como ponto de referência o momento de sua enunciação) e espaciais (distribuem-se a partir do ponto de referência constituído pelo lugar onde se dá a enunciação: aqui, lá, isso, este, esse).